



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA**

**HABEAS CORPUS Nº 0008209-56.2013.8.17.0000 (0310812-9)**

**IMPETRANTES:** Bel. Daniel Cezar de Lima Vieira (OAB/PE nº 32.709)

**Tiago Pereira da Silva (acadêmico em Direito)**

**PACIENTE:** Phablo Pereira da Silva

**RELATOR:** Des. Antonio de Melo e Lima

**ÓRGÃO JULGADOR:** 2ª Câmara Criminal

**PROCURADORA DE JUSTIÇA:** Drª Norma Mendonça Galvão de Carvalho

**EMENTA:** CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL PENAL. *HABEAS CORPUS*. TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES. CORRUPÇÃO DE MENOR. PRISÃO EM FLAGRANTE DELITO. CONVERSÃO EM PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. GRAVIDADE CONCRETA DAS CONDUTAS. ALEGADAS CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS À CONCESSÃO DA LIBERDADE PROVISÓRIA. IRREVELÂNCIA. SÚMULA 86 DESTE TJPE. ALEGAÇÃO DE EXCESSO DE PRAZO NA FORMAÇÃO DA CULPA. AUSÊNCIA DE DESÍDIA DO JUÍZO. AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO DESIGNADA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. ORDEM DENEGADA. DECISÃO UNÂNIME.

1. As circunstâncias que envolveram a prisão em flagrante delito do paciente – **na posse de 09 (nove) pedras do entorpecente conhecido como “crack”, prontas para comercialização, e da quantia de R\$ 97,00 (noventa e sete reais), em dinheiro, encontrados com o adolescente que o auxiliava no tráfico** – bem demonstram a periculosidade social do acusado e a gravidade concreta dos delitos que lhe são imputados, autorizando a conclusão pela necessidade da segregação para a garantia da ordem e saúde públicas;
2. Irrelevância das alegadas condições pessoais favoráveis do paciente à concessão da liberdade provisória, nos termos da súmula 86 deste TJPE;
3. O excesso de prazo deve ser analisado sob o crivo da razoabilidade, porquanto não é a simples ultrapassagem dos prazos que caracteriza o constrangimento ilegal. Na hipótese, considerando que a ação penal não está estagnada e que, na medida do possível, tramita de forma regular,



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA**

---

estando, inclusive, com audiência de instrução e julgamento designada para data livre mais próxima constante da pauta, não há que se falar em desídia ou mesmo morosidade do Magistrado processante;  
4. Ordem denegada. Decisão Unânime.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do *habeas corpus* nº 0008209-56.2013.8.17.0000 (0310812-9), em que figuram como partes as acima mencionadas, acordam os Desembargadores componentes da Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Pernambuco, em sessão realizada no dia \_\_\_\_ de setembro de 2013, por decisão unânime, em denegar a ordem, tudo conforme consta no relatório e voto anexos, que passam a fazer parte do presente julgado.

Recife, 04 de setembro de 2013.

  
Des. Antonio de Melo e Lima  
Relator



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA**

---

**HABEAS CORPUS Nº 0008209-56.2013.8.17.0000 (0310812-9)**

**IMPETRANTES:** Bel. Daniel Cezar de Lima Vieira (OAB/PE nº 32.709)

                    Tiago Pereira da Silva (acadêmico em Direito)

**PACIENTE:** Phablo Pereira da Silva

**RELATOR:** Des. Antonio de Melo e Lima

**ÓRGÃO JULGADOR:** 2ª Câmara Criminal

**PROCURADORA DE JUSTIÇA:** Drª Norma Mendonça Galvão de Carvalho

**RELATÓRIO**

O advogado Daniel Cezar de Lima Vieira e o acadêmico em Direito, Tiago Pereira da Silva, impetraram o presente *habeas corpus*, com pedido de medida liminar, em favor de Phablo Pereira da Silva, apontando como autoridade coatora o Exmo. Sr. Juiz de Direito da Primeira Vara Criminal da Comarca de Paulista/PE, juízo perante o qual o paciente responde ao processo nº 0009908-81.2011.8.17.1090.

Segundo a inicial (fls. 02/07), o paciente encontra-se preso desde o dia 06 de dezembro de 2011, em razão de prisão em flagrante delito, por suposta infração aos artigos 33, da Lei 11.343/2006 e 244-B, da Lei 8.069/90, estando atualmente no presídio de Igarassu.

Alegam os impetrantes, que a decisão do juízo de piso, convertendo a prisão em flagrante em prisão preventiva, não encontra fundamentação idônea, pois, ao alegar a impossibilidade de conceder-se liberdade provisória nos crimes de tráfico de entorpecentes, baseou-se em jurisprudência que, em maio de 2012, foi superada pelo Supremo Tribunal Federal, quando declarou a inconstitucionalidade da vedação à liberdade provisória, presente no art. 44, da Lei 11.343/2006.

Sustentam, ainda, não ser fundamentação consentânea com o Código de Processo Penal Brasileiro, a previsão de que a liberdade do paciente



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA**

---

representaria descrédito para o Judiciário, em razão da sensação de impunidade que, certamente, atingiria o ambiente social.

Por fim, aduzem que há excesso de prazo para formação da culpa, uma vez que o paciente já está preso há mais de 620 (seiscentos e vinte) dias, estando a audiência de instrução e julgamento designada para o dia 17/01/2014, ou seja, mais de 2 (dois) anos após a prática do fato.

Em decorrência do exposto, pede, liminarmente, o relaxamento da prisão preventiva e a concessão da liberdade provisória ao paciente, com a consequente expedição do competente alvará de soltura em seu favor.

No mérito, pugna pela concessão da presente ordem em definitivo.

A inicial veio instruída com os documentos de fls. 08/36.

Pleito liminar indeferido às fls. 38/40.

Às fls. 48/50 consta o ofício nº 3191/2012 – GDACAS, através do qual a autoridade apontada coatora prestou as informações que lhe foram solicitadas, acompanhadas dos documentos processuais de fls. 51/57.

Em seguida, mediante despacho de f. 59, os autos foram com vista à douta Procuradoria de Justiça, que em parecer da lavra da Dra. Norma Mendonça Galvão de Carvalho, opinou pela denegação da ordem (fls. 63/64v).

É o relatório.

**VOTO DO RELATOR**

Senhores Desembargadores,

Como visto, a presente ordem de *habeas corpus* foi impetrada com o fim de sanar suposto constrangimento ilegal suportado pelo paciente, o qual



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA

---

pretende o relaxamento de sua prisão preventiva e a concessão da liberdade provisória.

Narra a inicial acusatória (fls. 51/53) que no dia 06 de dezembro de 2011, por volta das 16h30min, na Rua 102, bairro de Jardim Maranguape, Paulista/PE, policiais civis que checavam a veracidade de uma denúncia anônima acerca da movimentação de tráfico ilícito de entorpecentes naquele local, após abordagem e revista pessoal, efetuaram a prisão em flagrante delito de **Phablo Pereira da Silva**, ora paciente, e apreenderam o adolescente **José Ricardo Rodrigues Torza Filho**, em face dos mesmos estarem na posse de 09 (nove) pedras da droga conhecida como “crack” (massa total de 2,385 g, consoante laudo pericial de f. 28) das quais tentaram se desfazer ao perceberem a presença da polícia.

Consta da denúncia que, além das pedras de “crack” arremessadas pela dupla, com o adolescente foi encontrada a quantia de R\$ 97,00 (noventa e sete reais).

Diante desse fato, o Ministério Público denunciou Phablo Pereira da Silva nas sanções dos artigos 33 da Lei nº 11.343/2006 (tráfico ilícito de entorpecentes) e 244-B da Lei nº 8.069/90 (Corrupção de menores).

Nas informações de fls. 48/50, a Juíza singular esclarece que o feito desenvolve-se nos parâmetros do devido processo legal aliado aos princípios constitucionais implícitos da razoabilidade e da proporcionalidade, bem como que há justa causa para prisão do paciente, haja vista a presença dos fundamentos da prisão preventiva.

Pois bem.

Com a nova redação dada pela Lei nº 12.403/2011 ao artigo 310 do Código de Processo Penal, ao receber o Auto de Prisão em Flagrante Delito, caberá ao Magistrado, de forma fundamentada, relaxar a prisão ilegal; converter a prisão em flagrante delito em preventiva, quando presentes os requisitos



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA

constantes do artigo 312 do CPP, e se revelarem inadequadas ou insuficientes as medidas cautelares diversas da prisão ou, ainda, conceder liberdade provisória, com ou sem fiança.

Na hipótese, de acordo com a narrativa constante da denúncia de fls. 51/53, verifica-se que o paciente foi preso em flagrante delito em face da suposta prática dos crimes de tráfico ilícito de entorpecentes (art. 33 da Lei nº 11.343/2006) e corrupção de menores, capitulado no artigo 244-B do Estatuto da Criança e do Adolescente<sup>1</sup>, porquanto, na companhia do menor que, segundo a peça acusatória, o “auxiliava na venda das drogas”, foi flagrado na posse de 09 (nove) pedras de “crack”, das quais tentou se desfazer ao perceber a presença dos policiais, sendo encontrada, ainda, na posse do adolescente a quantia de R\$ 97,00 (noventa e sete reais).

Diante desse cenário, entendendo legal o flagrante e presentes os pressupostos constantes do artigo 312 do Código de Processo Penal (provada a materialidade e indícios suficientes de autoria – consubstanciados, respectivamente, no laudo pericial de f. 28 e nos depoimentos das testemunhas), o Magistrado de piso converteu a prisão em flagrante delito do paciente em preventiva, tendo fundamentado sua decisão na garantia da ordem pública.

Vejamos (fls. 54/55):

**“(…). A conduta criminosa supostamente cometida pelo acusado, concretamente, obstaculiza a garantia da ordem pública (um dos fundamentos previstos no artigo 312 do Código de Processo Penal para a conversão em prisão preventiva), e está levando à ruína milhares de jovens e suas famílias, sendo do conhecimento geral da sociedade o**

<sup>1</sup> Art. 244-B da Lei nº 8.069/1990 – Corromper ou facilitar a corrupção de menor de 18 (dezoito) anos, com ele praticando infração penal ou induzindo-o a praticá-la:

Pena – reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos.

§1º - (...).

§2º - As penas previstas no caput deste art. São aumentadas de um terço no caso da infração cometida ou induzida estar incluída no rol do art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990.



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA**

**esforço das instituições públicas para dar um freio em tal situação**". (destaquei)

Na mesma decisão (f. 56), em observância ao que determina o artigo 310 do Código de Processo Penal, Sua Excelência afastou a possibilidade de aplicação das medidas cautelares alternativas à prisão, dispostas no artigo 319 do mesmo código nos seguintes termos:

**"(...) Afasta-se, também, na hipótese, como já dito acima, a possibilidade de aplicação de quaisquer das medidas cautelares dispostas no artigo 319 do Código de Processo Penal (com a nova redação imposta pela Lei nº 12.403/2011), por entendê-las inadequadas à gravidade do crime, às circunstâncias do fato (...)". (destaquei)**

Do acima relatado, percebe-se que, diferentemente das alegações dos impetrantes, a segregação cautelar do paciente não está fundamentada, exclusivamente, na vedação imposta por dispositivo legal declarado inconstitucional pelo STF (art. 44 da Lei nº 11.343/2006), mas, sobretudo, na garantia da ordem pública, hipótese autorizadora prevista no artigo 312 do CPP, tendo em vista a gravidade concreta das condutas a ele imputadas (tráfico ilícito de entorpecentes e corrupção de menores).

De fato, as circunstâncias que envolveram a prisão em flagrante delito do paciente – **na posse de 09 (nove) pedras do entorpecente conhecido como "crack", prontas para comercialização, e da quantia de R\$ 97,00 (noventa e sete reais), em dinheiro, encontrados com o adolescente que o auxiliava no tráfico** – bem demonstram a periculosidade social do acusado e a gravidade concreta dos delitos que lhe são imputados, autorizando a conclusão pela necessidade da segregação para a garantia da ordem e saúde públicas.

Nesse contexto, presentes os pressupostos da prisão preventiva e demonstrada, ainda que de forma sucinta, a necessidade da medida extrema para garantia da ordem pública, tornam-se irrelevantes as alegadas condições pessoais



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA

favoráveis do paciente à concessão da liberdade provisória, as quais, por si sós, não conferem direito subjetivo à referida *benesse*, matéria consolidada por este Tribunal de Justiça através do enunciado da súmula 86 que trago *in verbis*:

**“As condições pessoais favoráveis ao acusado, por si sós, não asseguram o direito à liberdade provisória, se presentes os motivos para a prisão preventiva”.** (destaquei)

Com efeito, segue excerto de precedente do Superior Tribunal de Justiça<sup>2</sup>:

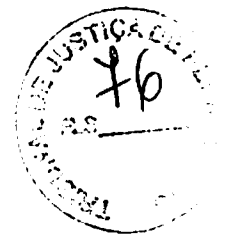
(...) 3. Considerando-se a declaração de inconstitucionalidade incidental pelo STF da parte do art. 44 da Lei 11.343/06 que vedava a concessão de liberdade provisória aos flagrados no cometimento do delito de tráfico de drogas, possível, em princípio, o deferimento do benefício.

**4. Para a manutenção da prisão cautelar nesses casos, faz-se necessária a demonstração da presença dos requisitos contidos no art. 312 do Código de Processo Penal, exatamente como efetuado na espécie.**

5. Não há ilegalidade na manutenção da prisão preventiva quando demonstrado, com base em fatores concretos, que a segregação se mostra necessária, dada a gravidade da conduta incriminada.

6. A quantidade e variedade dos entorpecentes apreendidos em poder dos recorrentes - 19,5 gramas de maconha e 262,30 gramas de cocaína -, e as circunstâncias em que se deu a prisão em flagrante - na posse de balança de precisão e da quantia de R\$ 600,00 em dinheiro no interior da residência de ambos os réus, na companhia de dois adolescentes que, ao que parece, colaboravam com o tráfico -, bem demonstram a periculosidade social dos acusados e a gravidade concreta do delito que lhes é imputado, autorizando a conclusão pela necessidade da segregação para a garantia da ordem e saúde públicas.

<sup>2</sup> HC 231.455/CE, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 26/02/2013, DJe 19/03/2013.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA

---

**7. Condições pessoais favoráveis não têm, em princípio, o condão de, isoladamente, revogar a prisão cautelar, se há nos autos elementos suficientes a demonstrar a necessidade da custódia.** (destaques acrescentados)

Quanto ao alegado excesso de prazo na formação da culpa, tenho que deve ser analisado sob o crivo da razoabilidade, porquanto não é a simples ultrapassagem dos prazos que caracteriza o constrangimento ilegal.

As informações prestadas pela Magistrada *a quo* (fls. 48/50) dão conta de que a ação penal não está estagnada, pelo contrário, as fases processuais vem se desenvolvendo, na medida do possível, de forma regular, tendo em vista a quantidade de feitos que tramitam perante a 1ª Vara Criminal de Paulista/PE – 3.541 (três mil quinhentos e quarenta e um) processos – não havendo que se falar em desídia ou mesmo morosidade do juízo.

Comungando do mesmo entendimento, manifestou-se o *Parquet* (f. 64):

“(…), observa-se das informações prestadas pela autoridade dita coatora e do sítio eletrônico desse Egrégio Tribunal, que **as fases processuais estão ocorrendo de forma regular diante das peculiaridades do caso, haja vista a enorme quantidade de feitos afetos àquela Vara Criminal, totalizando 3.541 (três mil quinhentos e quarenta e um) processos, não se constatando desídia do juízo ou da acusação. Aliás, é o típico caso que encontra guarida no princípio da razoabilidade**”. (destaquei)

Frise-se, por fim, que a audiência de instrução e julgamento está designada para o dia 17/01/2014, oportunidade em que, possivelmente, será o referido ato processual encerrado e definida a situação jurídica do paciente.



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA**

---

Dessa forma, não havendo constrangimento ilegal a ser sanado, em face de tudo o que foi exposto, em consonância com o posicionamento ministerial, **voto pela denegação da ordem.**

É como voto.

Recife, 04 de setembro de 2013.

  
**Des. Antonio de Melo e Lima**  
**Relator**